

Decisão sobre Orçamento fica para março

O relatório final do Orçamento da União deve estar pronto ainda esta semana, mas a votação teve adiamento de 15 dias. **Página 7**

Fim da reeleição pode ser votado este ano, prevê Renan

O Legislativo poderá votar ainda este ano a proposta que extingue a possibilidade de reeleição para presidente da República. A revelação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que atribuiu ao instituto da reeleição as irregularidades hoje investigadas pelas CPIs. **Página 5**



Renan (E) participa de solenidade em que o ministro Hélio Costa assina convênio para implantação de 35 telecentros comunitários em Maceió

Normas para o saneamento básico no país

A Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto de Gerson Camata que estabelece diretrizes para o saneamento básico, buscando inibir o consumo supérfluo da água. **Página 8**



Advogado (E) conversa com João Antônio Setti Braga, ao lado de Efraim e Garibaldi

Empresário confirma propina mensal em Santo André

Os donos de empresas de ônibus que operavam em Santo André (SP) durante a gestão de Celso Daniel, do PT, eram obrigados a pagar mensalmente R\$ 100 mil de propina ao então secretário de Administração,

Klinger Luiz de Oliveira. A revelação foi feita ontem na CPI dos Bingos por João Antônio Setti Braga, sócio da Expresso Nova Santo André. Segundo ele, Ronan Maria Pinto intermediava a operação. **Página 4**

CPI vai ouvir diretores do BB sobre auditoria da Visanet

A CPI dos Correios aprovou a convocação dos diretores das áreas de Varejo e de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil à época em que foi realizada

auditoria no Fundo de Incentivo Visanet. Sub-relator apontou crescimento de aplicação dos fundos de pensão em bancos do varejo. **Página 4**

Acordo: o Plenário aprova nove matérias

Entendimento celebrado pelos líderes partidários permitiu que o Senado votasse ontem quatro propostas e cinco projetos sobre acordos culturais e internacionais

Entre os projetos aprovados ontem pelo Plenário do Senado e que agora serão enviados à sanção presidencial está o que exige licenciamento para empresas que produzam ou comercializem insumos, equipamentos e outros materiais relacionados a medicamentos de uso humano ou veterinário. Os senadores também prosseguiram ontem a discussão do projeto

de iniciativa da CPI da Emigração Ilegal que tem como objetivo impedir o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. Essa proposta poderá ser votada na sessão deliberativa de hoje, a partir das 9h, em que serão examinados vários projetos de decreto legislativo dispendo sobre acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro. **Página 3**



Em votação simbólica, Plenário do Senado esgotou ontem a pauta e realiza hoje a última sessão deliberativa da semana

Audiência pública para discutir a Super-Receita

Secretário da Receita, presidente do INSS e representantes de sindicatos e associações participarão de debate na CAE em 7 de março. **Página 8**

A pedido de Cristovam e de Valadares, a Comissão de Assuntos Sociais vai convidar Fernando Haddad a esclarecer dúvidas dos senadores sobre novo fundo para a educação

Ministro da Educação será convidado a discutir Fundeb

A pedido dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidará o ministro da Educação, Fernando Haddad, para responder a perguntas sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que deverá substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – o Fundef.

A Proposta de Emenda à Constituição 9/06, que cria o Fundeb, foi aprovada na Câmara no início deste mês por 457 votos contra apenas 5 e está em análise no Senado.

Fiança

Na reunião de ontem, a CAS aprovou substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao Projeto de Lei 103/05, originário da Câmara dos Deputados, que veda a exigência de carta de fiança



CAS aprova proibição de exigência de carta de fiança para candidato a emprego pela CLT

aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a exemplo do que já proíbe a legislação em relação aos cargos ou funções da administração federal.

O projeto pretende acabar com a prática, instituída por algumas empresas, de obrigar o empregado a apresentar um fiador para conseguir a vaga. O limite de valor dessa carta é, em geral, um múltiplo do salário correspondente ao emprego pretendido.

Pela proposta, o empregador que infringir o dispositivo – a ser acrescentado na CLT

– estará sujeito ao pagamento de indenização no valor equivalente a três vezes o salário estabelecido para o cargo, a ser pago em favor do empregado ou do candidato ao emprego prejudicado.

Para o relator *ad hoc*, senador Paulo Paim (PT-RS), a exigência de um fiador para que o empregado possa ser contratado é absurda.

– Representa uma verdadeira coação para o candidato a emprego. Ele passará a depender de uma terceira pessoa, que, por sua vez, será envolvida numa relação da qual não participa – explicou Paim.

Malta pede aprovação de projeto antidrogas

O senador Magno Malta (PL-ES) fez um apelo, em Plenário, para que o Senado aprove projeto de lei (PLS 115/02) que dispõe sobre o Sistema Antidrogas. A proposta foi apresentada pela Comissão Mista da Segurança Pública e, entre outras medidas, diferencia o usuário de



Magno Malta

drogas do traficante. Em seu pronunciamento, Magno Malta também chamou a atenção para a importância do ambiente familiar na formação dos jovens, informando que 93% dos dependentes de drogas ilícitas têm pais fumantes ou dependentes de

bebida alcoólica.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que é relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e disse esperar sua aprovação pelo Senado.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), por sua vez, apontou a inexistência de campanhas educativas sobre o assunto.

Sibá diz que o vestibular é uma verdadeira tortura psicológica

Sibá Machado (PT-AC) disse considerar que o processo de votação na Câmara do projeto de lei – de autoria da deputada Nice Lobão (PFL-MA) – que visa instituir o sistema de cotas nas universidades federais para alunos provenientes de escolas públicas ocorre em “um bom momento”, pois hoje as cotas para minorias já são adotadas por várias instituições.

O senador informou ainda que apresentou proposta para extinguir o vestibular (PLS 65/05), que, segundo ele, mede mais a capacidade de “decifrar charadas” do que o saber.

– O vestibular é uma tortura



Roosevelt Pinheiro

Para Sibá, o ensino deve ser voltado à ciência e não à autopromoção

psicológica e não é a melhor forma de promover a igualdade entre pobres e ricos – frisou Sibá.

Ele justificou a proposta dizendo que quem ingressa na universidade deve conquistar o diploma com o objetivo de adquirir ciência, e não de se promover.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje está marcada para as 9h. Além do projeto da CPI da Emigração Ilegal que criminaliza a prática de lavagem de dinheiro, os senadores devem analisar uma série de projetos que aprovam acordos internacionais. Amanhã e na sexta-feira não haverá votações.

Propostas da CCJ querem frear o caixa dois eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 9h30, propostas que dão mais rigor à legislação eleitoral, para coibir o caixa dois. Uma determina a cassação dos mandatos de can-

didatos condenados pela Justiça Eleitoral, para evitar que recursos atrasem a punição (PLS 390/05); a outra estabelece que a retificação das contas não exime o candidato de possíveis penas (PLS 391/05).

Mensalão paulista

Por volta das 12h, a CPI dos Bingos ouve Evaldo Rui Vicente, ex-tesoureiro do PPS, que denunciou esquema de mensalão na prefeitura de São Paulo, e Francisco das Chagas Costa, motorista envolvido nas denúncias sobre dólares cubanos.

CPI dos Correios

A partir das 10h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, ouve representantes das corretoras de títulos Cruzeiro do Sul e Brasil Central. Às 14h, a Sub-Relatoria de Contratos ouve Gilson de Carvalho e Olivier Ferraton.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed-. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, João Alberto Souza, Aelton Freitas, Romeu Tuma e Garibaldi Alves Filho

Acordo entre líderes partidários permitiu o exame de todas as matérias em pauta ontem no Plenário. Sessão deliberativa de hoje está marcada para as 9h

Criminalização do tráfico de pessoas

Foi realizada ontem a primeira sessão de discussão do projeto de iniciativa da CPI da Emigração Ilegal que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. O PLS 15/06, que insere o tráfico de pessoas entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro, passará por quatro sessões de discussão antes de ser votado em primeiro turno.

A legislação em vigor não prevê que seja crime favorecer a entrada irregular de pessoas em território estrangeiro com fim de lucro.

José Richa dá nome a rodovia no Paraná

Aprovado ontem, projeto dá o nome de Rodovia Governador José Richa ao trecho da BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Paraná. Ex-senador e ex-governador do Paraná, José Richa morreu em 2003, aos 69 anos, vítima de fibrose pulmonar. O projeto (PLC 92/05) vai à sanção presidencial.

Para o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), Richa foi “um homem de bem” e o Senado faz “uma justa homenagem” com a aprovação da proposta.



Parlamentares realizaram ontem primeira sessão de discussão de proposta da CPI da Emigração Ilegal para coibir tráfico de pessoas

Senado aprova quatro projetos de lei e cinco acordos internacionais

Por votação simbólica, em virtude de acordo celebrado pelos líderes partidários, o Plenário do Senado aprovou na sessão deliberativa de ontem nove matérias, sendo quatro projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados e cinco projetos de decreto legislativo sobre acordos culturais e internacionais celebrados pelo Brasil. Ao mesmo tempo, os senadores deram prosseguimento à discussão em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado 15/06,

de iniciativa da CPI da Emigração Ilegal, que tem como objetivo impedir o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração.

Entre os projetos que já tramitaram na Câmara e agora, aprovados no Senado, seguem à sanção presidencial, está o PLC 18/03, que exige licenciamento para empresas que produzam ou comercializem insumos, equipamentos e outros materiais relacionados a medicamentos de uso humano ou veterinário. O licenciamento

será conferido pelas secretarias estaduais de saúde.

Pauta

Por determinação do presidente do Senado, Renan Calheiros, a sessão de hoje, a última deliberativa da semana, ocorre às 9h. Na pauta, a segunda sessão de discussão e possível votação do PLS 15/06 e o exame de vários projetos de decreto legislativo dispendo sobre acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro.

Controle sobre venda e produção de remédios

O Plenário aprovou projeto que exige licenciamento para empresas que produzam ou comercializem insumos e equipamentos destinados à fabricação, armazenamento, embalagem e controle de qualidade de medicamentos de uso humano ou veterinário e de material de uso odontológico ou para fins diagnósticos. A matéria segue à sanção presidencial.

De acordo com a proposta (PLC 18/03), o licenciamento será anual e alimentará um cadastro nacional de licenças, sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

As farmácias e drogarias ficarão obrigadas a informar o nome e jornada de trabalho do farmacêutico responsável e de seu substituto.

Ainda pelo projeto, a aquisição de medicamentos por órgãos públicos ficará condicionada à prévia avaliação de sua qualidade e segurança por laboratórios indicados pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

União transfere terras a municípios do Pará

A proposta que trata da alienação de terras da União em favor dos municípios de Belterra e Aveiro, no Pará, foi acolhida ontem pelo Plenário. A matéria vai à sanção.

O projeto (PLC 15/04) determina a transferência aos municípios paraenses de terras e benfeitorias que passaram à União depois da falência do projeto Fordlândia, implantado em 1928 em áreas concedidas pelo governo do Pará. Com a crise da borracha e a falência do empreendimento, a União passou a controlar a área.

Maior publicidade para licenças ambientais

Estabelecimentos e empreendimentos com licenciamento ambiental ficam obrigados a dar publicidade desse fato por meio de placas afixadas em local e dimensões visíveis ao público. É o que prevê projeto da Câmara aprovado ontem pelo Senado (PLC 30/00). No caso do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (Eia), em relação ao qual já se exige informação por meio de placas, o projeto obriga que nelas conste a data de aprovação do relatório.

Plenário acolhe tratado com o Peru

O Plenário acolheu ontem o Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, assinado entre os governos do Brasil e do Peru. A matéria vai à promulgação.

O relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), destaca a importância do acordo pelo seu conteúdo humanitário.

Inspeção animal com a Polônia

Acordo de cooperação veterinária entre Brasil e Polônia foi acolhido ontem pelos senadores. O texto prevê atividades de inspeção das condições de importação e exportação de animais e produtos derivados. Determina ainda a troca de informações sobre epidemias, como a febre aftosa. A matéria vai à promulgação.

Autorizado protocolo contra tráfico de armas

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza o protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, em complementação à convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o crime organizado transnacional, de 1998. A proposição segue agora para promulgação.

A convenção vem acompanhada de outros dois protocolos: Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea; e Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

O projeto (PDS 26/06) recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), tendo sido aprovado antes pelas comissões de Constituição, Justiça e Redação e Especial de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados.

Projeto destina verba a bibliotecas

O projeto de decreto legislativo com o texto da ata constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola foi acolhido ontem pelo Senado. Conforme a proposta, a associação tem, entre seus objetivos, a obtenção de recursos financeiros específicos para promover ações conjuntas para a proteção e a disponibilização do patrimônio cultural e histórico comum preservado nas bibliotecas dos países ibero-americanos.

Em seu parecer à matéria, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Marco Maciel (PFL-PE) destaca que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil apontou que 61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco contato com livros e que 73% das obras estão concentradas em apenas 16% da população.

Cooperação cultural entre Brasil e Estônia

O texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Estônia recebeu ontem aprovação do Senado. O instrumento tem por objetivo o desenvolvimento das relações entre os dois países nas áreas cultural, educacional e esportiva, com a finalidade de ampliar o conhecimento das atividades nesses campos.

O acordo prevê, entre outras modalidades de cooperação, o intercâmbio de professores, pesquisadores e missões educacionais e a definição e implementação conjuntas de projetos e pesquisas em áreas previamente definidas. As partes se comprometem a fazer o intercâmbio de técnicos, especialistas e administradores das áreas de educação e cultura, bem como de estudantes.

O projeto (PDS 23/06) foi relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Roosevelt Pinheiro



Jucá denuncia governador de Roraima por invasão de sua residência e de seu escritório

Residência de senador é invadida

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou sua indignação com a recente invasão de sua residência e de seu escritório em Boa Vista por equipes de filmagem supostamente contratadas pelo governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB). O senador disse já ter encaminhado o caso à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.

No exercício da Presidência do Senado, Tião Viana (PT-AC) designou a Corregedoria da Casa para apurar o fato e assegurar proteção a Jucá.

Roosevelt Pinheiro



Suplicy aplaude decisão do STF e cobra votação de projeto que está na Câmara dos Deputados

Suplicy quer acabar com nepotismo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aplaudiu a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a resolução do Conselho Nacional de Justiça que obriga todas as cortes judiciais do país a exonerarem familiares de juízes e desembargadores nomeados para cargos de confiança no Judiciário.

O senador disse esperar que o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, cumpra sua promessa de colocar em votação projeto que acaba com o nepotismo nos três Poderes.

João Antônio Braga disse que donos de empresas de transporte de Santo André pagavam R\$ 100 mil mensais a ex-secretário

Empresário confirma pagamento de propina

O empresário João Antônio Setti Braga, um dos sócios da Expresso Nova Santo André, confirmou ontem, em depoimento à CPI dos Bingos, que os donos de empresas de ônibus que operavam no município de Santo André (SP) durante a gestão de Celso Daniel, do PT, na prefeitura da cidade, eram obrigados a pagar mensalmente R\$ 100 mil ao então secretário de Administração, Klinger Luiz de Oliveira.

– A propina mensal, que classificado de uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado – afirmou o empresário.

Segundo ele, cabia a Ronan Maria Pinto – outro dos sócios da Expresso Nova Santo André – intermediar toda a operação. Em depoimento no ano passado à CPI dos Bingos, Ronan negou, com veemência, haver comandado a cobrança de propina.

Braga observou não saber se o prefeito Celso Daniel – assassinado em janeiro de 2002 – tinha conhecimento ou mesmo se participava do esquema de arrecadação. Ele disse que tentou várias vezes denunciar o esquema a Daniel, mas não conseguiu porque o prefeito estaria “blindado por seu staff”.

O empresário também não soube responder se o dinheiro arrecadado junto às empresas de ônibus da cidade destinava-se a financiar campanhas eleitorais do PT. E afirmou que, diante de tanta extorsão, abandonou o quadro societário da empresa em 2000.

O senador José Jorge (PFL-PE) chegou à conclusão de que o depoimento do empresário era uma “prova convincente” da existência de um grande esquema de corrupção ocorrido em Santo André.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que em nenhum momento soube de qualquer deslize,

político ou pessoal, cometido por Celso Daniel – comentário com o qual o depoente, Braga, concordou. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, classificou de “sincero” o depoimento do empresário.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), decidiu antecipar para hoje os depoimentos de Evaldo Rui Vicentini, tesoureiro do PPS na campanha eleitoral de 2002, e do motorista Francisco das Chagas Costa, que teria atendido Vladimir Poletto, Rogério Buratti e o empresário Roberto Carlos Kurzweil, durante viagem a Brasília em 2002.

CPI vai ouvir diretores do BB sobre auditoria da Visanet

A CPI dos Correios aprovou ontem o requerimento de convocação dos diretores que eram responsáveis pelas áreas de Varejo e de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil à época em que foi realizada a auditoria sobre o Fundo de Incentivo Visanet, uma das supostas fontes do valerioduto.

Segundo o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), essa é uma das linhas de investigação nas quais o colegiado mais avançou, mas faltam informações. A intenção dos parlamentares era ouvir os próprios auditores, mas o banco informou que isso não seria possível, pois eles são protegidos por sigilo.

– Temos o nosso levantamento em relação à Visanet, mas o Banco do Brasil tem o dele. Precisamos comparar os dois – disse o deputado.

Os parlamentares aprovaram ainda uma série de outros requerimentos sobre os quais havia consenso, es-



Delcídio (C, ao microfone) preside reunião em que a CPI aprova diversos requerimentos

pecialmente convocações para as sub-relatorias de Contratos e Fundos de Pensão. O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos, solicitou a reconvocação de Hassan Gebrin, que foi presidente dos Correios no governo FHC, mas o deputado Antônio Carlos Pannunzio

(PSDB-SP) discordou.

Serraglio pretendia colocar as solicitações referentes à “lista de Furnas” em votação, mas o deputado Carlos Willian (PTC-MG) informou que não havia consenso. Ele disse acreditar que a CPI não terá tempo hábil nem amparo legal para investigar esse caso.

Ex-diretora explica critérios para aplicação de recursos da Petros

A ex-diretora Financeira de Investimentos da Fundação de Seguridade Social da Petrobras (Petros), Eliane Aleixo Lustosa, assegurou que não houve “direcionamento” na aplicação dos recursos da instituição entre agosto de 1999 e janeiro de 2003. Segundo ela, os investimentos obedeceram a critérios objetivos, definidos em um manual.

– Nós [diretores, gerentes e analistas do fundo de pensão] não atuávamos com intuição, mas com dados. Registrávamos a situação de mercado trazida pelos analistas do setor e, se havia uma oportunidade interessante, avaliávamos o contexto e fazíamos o investimento, registrando o motivo da aplicação – explicou.

Os gestores do fundo, segundo Eliane, eram selecionados a partir de critérios que levavam em conta o grau de risco e retorno das aplicações, o histórico das instituições, o controle diário de risco e o suporte de pesquisa das entidades, e até o final de 2002, os recursos não eram aplicados nos bancos BMG e Rural.

– Buscávamos instituições de maior porte, em contrapartida a uma instituição como a Petros – disse.

Sub-relator aponta privilégios ao Rural e ao BMG. Ideli contesta

O sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), apresentou no início da tarde um estudo apontando a relação entre o aumento de investimentos em CDBs e FIFs nos bancos Rural e BMG dos 12 fundos investigados e o esquema do valerioduto. Segundo os dados, o número cresceu de R\$ 95,7 milhões em 2000 para R\$ 533,6 milhões em 2004, sendo este ano o pico do crescimento, ao lado das aplicações em 2002.

Os números foram contestados pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC). Baseada em informações enviadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ela afirmou que o percentual de investimento dos fundos privados também aumentou nesses dois bancos. Por isso, segundo ela, dizer que houve direcionamento “é uma ilação”.

ACM Neto também destacou que várias entidades de previdência privada estatal (como a Serpro, a Petros e a Funcef) nada investiam ou investiam muito pouco nas duas instituições, e justo em 2004 aplicaram milhões.

– O gráfico da SPC tenta atrapalhar o entendimento da lógica de trabalho da sub-relatoria – acusou o deputado.

Antero propõe reconvocar Palocci

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comentou reportagem do jornal *Correio Braziliense* sobre as mais de 30 mil ligações recebidas no celular utilizado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo seu secretário particular, Ademirson Ariovaldo da Silva.

– A CPI dos Bingos precisa saber com certeza se o celular é de Palocci ou do secretário. Nem que para isso tenha de reconvocar os dois – disse.

Antero ressaltou que a quebra parcial do sigilo telefônico revelou ligações de Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Ralph Barquete, Roberto Colnaghi, Delúbio Soares e Sílvio Pereira, entre outros.

– Alegação: todos são conhecidos ou amigos de Ademirson. Ligavam para conversar amenidades no horário de trabalho, especialmente no período das negociações do contrato Caixa-GTech – ironizou.



Antero diz que ligações para celular de Palocci e de Ariovaldo precisam ser esclarecidas

Roosevelt Pinheiro



Alvaro Dias afirma que progresso da estatal foi alcançado ao longo de décadas

Alvaro Dias: governo usa Petrobras em marketing eleitoral

Em discurso em que homenageou a Petrobras pelos 52 de sua fundação, Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo Lula de querer aproveitar-se do anúncio da auto-suficiência do Brasil em petróleo, feito pela estatal na semana passada, para deflagrar uma campanha milionária de *marketing* eleitoral. Segundo o senador, “para comemorar o feito como se fosse obra sua”, o governo já teria contratado campanha de R\$ 35 milhões ao publicitário Duda Mendonça.

– O progresso da Petrobras foi alcançado ao longo de décadas, por vários governos e também pela capacidade dos técnicos que fizeram a sua história – protestou.

José Jorge lê advertência ao ministro do Trabalho

José Jorge (PFL-PE) leu em Plenário, ontem, parecer da Comissão de Ética da Presidência da República à representação que fez contra o ministro do Trabalho. Luiz Marinho teria ofendido a honra do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), por meio de campanha publicitária difamatória feita em outubro de 2005, cuja autoria foi atribuída a militantes do PT de Brasília e ao ministro. O parecer sustenta que “a autoridade deve observar o autocontrole, inclusive verbal, em tema que respeite às condutas que lhe são atribuídas, a fim de resguardar a urbanidade e respeito entre os agentes públicos”.



José Jorge divulga parecer da Comissão de Ética da Presidência da República

Ao manifestar apoio à proposta, presidente do Senado afirma que votação da matéria só depende de consenso entre os parlamentares

Emenda contra reeleição poderá ser votada este ano, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o Legislativo poderá votar, ainda este ano, proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a possibilidade de reeleição para presidente da República. Renan atribuiu as irregularidades hoje investigadas pelas comissões parlamentares de inquérito ao instituto da reeleição.

O senador fez essas declarações ao final de cerimônia no Ministério das Comunicações. Ao lado do ministro Hélio Costa,

Renan participou da assinatura de convênio para a implantação de 35 telecentros comunitários em Maceió. Na entrevista, uma repórter perguntou por que o Senado não aprova projeto acabando com a possibilidade de reeleição do presidente da República.

– Se houver consenso, nós vamos colocar isso em votação. Eu sou contra a reeleição. Acho que não tivemos com relação a isso um bom aprendizado.

Sobre a idéia de estender, em

mais um ano, o mandato do presidente da República para que a proibição de reeleição vigorasse só para as eleições seguintes, Renan afirmou que a tese deve valer só para os próximos mandatos e disse concordar com a coincidência das eleições.

– Acho que eleição de dois em dois anos educa, mas se não definirmos claramente as regras de financiamento, acabaremos colaborando para repetir os absurdos que aconteceram e que estamos a investigar.



Declarações de Renan (E) foram dadas após assinatura de convênio, ao lado do ministro Hélio Costa (C) e do prefeito de Maceió

Convênio para inclusão digital em Maceió

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, no Ministério das Comunicações, da assinatura de convênio entre esse órgão e a prefeitura de Maceió para a instalação de 35 telecentros comunitários na capital de Alagoas. O objetivo é propiciar a inclusão digital, dentro de um programa que pretende, ainda em 2006, chegar a todos os municípios brasileiros.

O convênio é resultado do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão e prevê a adaptação de um desses telecentros para portadores de necessidades especiais.

Para Virgílio, viagens de Lula são “farras com dinheiro público”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou ontem o presidente Lula em razão das inaugurações de que vem participando em todo o país. Para o líder do PSDB, elas representam propaganda e “farras com dinheiro público”. Virgílio exemplificou mencionando uma série de viagens que o presidente fará a seis estados em dois dias, entre os quais Alagoas, onde fará o lançamento da pedra fundamental do *campus* da Universidade Federal do estado no município de Arapiraca, com a presença de 60 prefeitos.

Arthur Virgílio ainda desafiou o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, a tam-



Participação de Lula em inaugurações em todo o país é criticada por Virgílio

bém processá-lo por acusar o governo Lula da prática de corrupção. O senador lembrou que Berzoini já fez essa ameaça ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati, por crítica semelhante.



Segundo Antonio Carlos, Lula não atuou como tem dito em seus discursos

ACM afirma que presidente não fez nada pela Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o presidente Lula não fez nada pela Bahia e nem pelo Nordeste, como tem afirmado em discursos. Segundo o parlamentar, a única ação do presidente foi aumentar o Bolsa-Família na Bahia para tentar fortalecer o candidato petista ao governo do estado, que figura em último lugar nas pesquisas de opinião.

O senador ressaltou que Lula viajou mais uma vez para “inaugurar” a Universidade do Vale do São Francisco, que foi construída pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e funciona há vários anos, além de reinaugar o aeroporto do Recife.

Sérgio Guerra critica atuação da assessoria de Lula

Sérgio Guerra (PSDB-PE) responsabilizou a assessoria do presidente Lula pelo não comparecimento do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, à solenidade de inauguração do Aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freyre, realizada ontem. Segundo o senador, “uma claqué composta por integrantes de movimentos sociais foi convidada para participar do evento e o próprio cerimonial da Presidência alertou para a possibilidade do governador ser vaiado”.

– Isso é muito estranho, porque ele é um dos governadores mais bem avaliados do país – comentou Sérgio Guerra.



Sérgio Guerra desconfia de vaiaos ao governador Jarbas Vasconcelos



Tião Viana registra ação do governo do Acre no socorro aos desabrigados

O senador Tião Viana (PT-AC) – foto – informou ontem ao Plenário sobre as providências que vêm sendo adotadas pelo governo do Acre para socorrer os desabrigados da enchente que atinge mais de 30 mil pessoas em Rio Branco. Segundo ele, o

governo está agindo com rapidez, mas serenamente, de modo a diminuir os efeitos das chuvas.

Tião Viana ressaltou que a defesa civil hoje, no Brasil, tem condições de atender com presteza as populações em áreas de calamidades, tanto no que

diz respeito à distribuição de cestas básicas e de remédios, quanto à construção de casas. O senador disse que já conversou com diversos governadores e os orientou a dar ciência aos prefeitos da nova situação da defesa civil.

Tião Viana recebeu a solidariedade dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Sibá Machado (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Papaléo quer modernizar empresa de saneamento

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem a modernização da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá (Caesa), justificando que ela não tem conseguido prestar adequadamente o serviço de saneamento no estado. Ele informou que apenas 54,4% dos domicílios no Amapá têm abastecimento de água e apenas 5,6% contam com esgotamento sanitário.

– As doenças transmitidas pela água estão entre as causas mais importantes de mortalidade em todo o mundo, atingindo principalmente a população menos favorecida – sustentou o senador, acrescentando que todos os levantamentos estatísticos demonstram eficácia dos investimentos em saneamento básico para a melhoria dos indicadores de saúde.

Papaléo explicou que parte das dificuldades da Caesa para estender o saneamento básico a todos os domicílios do estado se deve às perdas de faturamento da empresa, uma vez que as tarifas cobradas dos consumidores seriam menores do que os custos dos serviços.

Para resolver o problema, Papaléo Paes pediu apoio ao projeto de lei do Senado (PLS 155/05), de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que estabelece diretrizes para o saneamento básico em todo o país. Além disso, ele pediu mais investimentos no setor.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) concordou com as ponderações de Papaléo, afirmando que a Caesa está em situação falimentar.



Papaléo pede apoio a projeto do Senado que estabelece diretrizes para a área

Senador pede correção nos rumos da política para o setor e destaca que os últimos leilões mostraram que os novos métodos não conseguem gerar mais energia

César Borges afirma que o novo modelo energético é um fracasso

César Borges (PFL-BA) defendeu ontem a correção de rumo do setor elétrico, advertindo que os efeitos danosos da política para o setor serão sentidos na próxima administração, “quando não haverá tempo hábil para reverter os equívocos”.

O senador afirmou que os últimos leilões mostram que o novo modelo energético é um grande fracasso e não vem conseguindo gerar energia nova para o país. Ele citou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que estima que a geração de



César Borges diz que já previa essa situação desde a edição da MP 144/03

eletricidade das usinas concedidas no leilão de 16 de dezembro de 2005 poderá ter um custo

adicional de R\$ 1 bilhão.

César Borges observou que já previa essa situação desde que foi implantado o novo modelo energético, há dois anos, por meio da Medida Provisória 144/03, transformada na Lei 10.848/04.

– Existe um setor no governo satisfeito com o pífio crescimento do país. São os técnicos ligados à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que idealizaram a proposta, com medo de que um crescimento maior pudesse provocar um novo “apagão” no país – afirmou o senador.

Pavan alerta para crise de produção no setor moveleiro catarinense

Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou ontem, em Plenário, que pelo menos 500 trabalhadores das indústrias de móveis da região do Planalto Norte de Santa Catarina realizaram manifestação, na segunda-feira, para chamar a atenção dos governos federal e estadual para os problemas enfrentados pelo setor. O senador informou que os manifestantes fecharam a BR-280

para evidenciar a crise do segmento moveleiro do estado.

Pavan lembrou, citando dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), que o setor de móveis na região apresentou queda, em janeiro deste ano, de 24,5% nas exportações, ocasionada principalmente pela alta desvalorização do dólar. Ainda baseado nos dados da Fiesc, o parlamentar relatou que



Pavan informa que trabalhadores do setor realizaram protesto na BR-280

o mesmo móvel que era vendido a US\$ 100 custa hoje US\$ 130, “mas os clientes aceitam pagar, no máximo, US\$ 105”.

Gilvam anuncia início de obras em ponte binacional

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem a liberação, em 30 dias, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), da primeira parcela dos recursos destinados à construção da ponte binacional no rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa. O senador lembrou que o acordo entre os



Gilvam observa que primeira parcela dos recursos será liberada em 30 dias

dois países demandou grande esforço do então presidente José Sarney, foi celebrado há cinco anos em Paris pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e

Jacques Chirac, da França, e teve seqüência no governo do presidente Lula.

– A ponte é estratégica e deve incentivar o turismo na Amazônia – disse o parlamentar, informando que, em média, 2 milhões de turistas visitam a Amazônia a cada ano.

Gilvam Borges informou que deverá ir hoje até o local, juntamente com o ministro das Cidades, Márcio Fortes. O senador registrou o avanço da construção da BR-156, que liga a capital, Macapá, ao município de Oiapoque.



Tuma recorda os feitos dos pracinhas brasileiros em território italiano

Tuma homenageia tomada do Monte Castelo na 2ª Guerra

O 61º aniversário da tomada do Monte Castelo, um dos maiores feitos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em solo europeu durante a 2ª Guerra Mundial, foi lembrado ontem pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele homenageou “os heróis febianos” por terem conseguido expulsar as tropas alemãs do seu ponto de observação mais privilegiado e guarnecido em território italiano.

Tuma lembrou que o Brasil perdeu, em solo italiano, 443 dos seus 25.334 expedicionários. Mais 1.145 sofreram ferimentos, 35 foram capturados pelo inimigo e 23 desapareceram em combate.

– Ainda que outras homenagens não sejam prestadas nesta data, fica aqui registrada a reverência do Senado da República aos heróis brasileiros que contribuíram, com a sua coragem e o seu sangue, para a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial – disse Tuma.

Homenagem ao Sarah

O senador cumprimentou ainda o cirurgião-chefe Aloysio Campos da Paz Júnior e a diretora-executiva Lúcia Willadino Braga, do Hospital Sarah Kubitschek, pelo lançamento do livro *A Child with Traumatic Brain Injury or Cerebral Palsy*. A publicação, que foi lançada na Inglaterra, relata a experiência do hospital e ensina a pais e médicos como tratar efetivamente, de forma humanizada, crianças com paralisia cerebral.



Ideli destaca financiamento para setores produtivos e investimento em habitação

Ideli elogia atuação dos bancos federais no governo Lula

Ao comemorar os lucros que os bancos federais registraram no ano passado, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) opinou que essas instituições vêm desenvolvendo importante papel no governo Lula. Ela destacou o financiamento de setores produtivos, o investimento em habitação e saneamento básico e a democratização do crédito para cidadãos de baixa renda.

Segundo a líder do PT no Senado, o BNDES alcançou o melhor resultado de sua história ao lucrar, em 2005, R\$ 3,2 bilhões. O desempenho teria sido 113,7% superior ao R\$ 1,4 bilhão obtido no ano anterior.



Segundo Tourinho, Banco Popular do Brasil teve prejuízo de R\$ 62 milhões

Tourinho quer microcrédito que "ensine a pescar"

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu ontem a reformulação dos programas de microcrédito do governo, observando que o Banco Popular do Brasil, empresa subsidiária do Banco do Brasil, teve prejuízo de R\$ 62 milhões em 2005. Tourinho defendeu a adoção de um modelo de microcrédito dirigido que incentive a produção, não apenas "dando o peixe, mas ensinando a pescar".

O senador lamentou o consumo pelo Banco Popular do Brasil de todos os recursos que lhe foram destinados. A instituição acumulou perdas, a ponto de sua diretoria anunciar, pouco mais de um ano após a sua criação, a reestruturação do banco.

Feriado do Carnaval empurra debate do relatório final na Comissão de Orçamento para o início de março. Análise do projeto no Plenário só deve ser finalizada após o dia 15

Orçamento: relatório sai agora, mas votação fica para março

O relatório final do Orçamento da União para este ano deve ficar pronto ainda esta semana, mas a sua votação teve um adiamento de 15 dias. Com isso, o Congresso só deve terminar o exame do projeto orçamentário na segunda quinzena de março.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para o primeiro debate do relatório final no dia 7 de março. Ele argumentou que, por causa do Carnaval,

a presença de parlamentares em Brasília deverá ser baixa.

– Marcar votações antes disso só vai desgastar o Congresso – afirmou Mestrinho.

Já o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), informou que, mesmo sem reuniões da comissão, pretende colocar na internet seu parecer final ainda nesta semana.

O maior entrave à rápida votação do projeto orçamentário continua sendo o ressarcimento federal aos estados pela isenção

de ICMS nas exportações (Lei Kandir). O governo federal vem pressionando os governadores para concordarem com a regulamentação de um fundo com essa finalidade, por considerar que os critérios atuais beneficiam demais alguns estados. A ideia do relator-geral é condicionar a liberação das verbas deste ano à aprovação do novo fundo. Com a regulamentação, terminará a discussão anual sobre quanto o Orçamento federal destinará a esse ressarcimento.

Pesquisador diz como aumentar o mínimo

Para o pesquisador Guilherme Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível elevar o salário mínimo sem que se aumentem a carga tributária e a dívida pública – ao contrário do que afirmam outros economistas. Segundo ele, a distribuição demográfica do país e inclusive a dívida ativa tornam isso possível. O pesquisador fez essas declarações durante reunião realizada ontem pela comissão mista do Congresso que discute uma política de reajustes para o salário mínimo.

Conforme Delgado, o país está em uma "fase virtuosa de dinâmica demográfica, em que a População Economicamente Ativa (PEA) ainda representa uma parcela muito grande da população brasileira". Metade da PEA, enfatiza ele, ainda está na informalidade; se fosse incor-



Ao lado de Paulo Paim, representante do Ipea expõe alternativas para reajuste

porada ao mercado de trabalho formal, aumentaria a arrecadação previdenciária. Mas o pesquisador frisou que há uma condição indispensável para que esse processo se concretize: um crescimento anual do produto interno bruto (PIB) de pelo menos 4,5%.

Dívida ativa

Outro elemento que contribuiria para o aumento do mínimo

sem pressionar a carga tributária e a dívida pública seriam os débitos do setor privado com a Previdência – que fazem parte da chamada dívida ativa. Delgado argumenta que, a partir de um crescimento do PIB entre 4,5% e 5% ao ano, os devedores passariam a liquidar esse tipo de passivo, elevando, assim, a receita previdenciária.

Heloísa defende reajuste do piso salarial para R\$ 570

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o cumprimento da promessa de campanha do presidente Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo só seria possível se seu valor fosse reajustado para R\$ 570 a partir de 1º de abril. Segundo observou, os R\$ 350 propostos pelo governo só seriam suficientes para uma família de quatro pessoas consumirem por dia, ao longo do mês, quatro cafezinhos e três pãezinhos francês a cada refeição.

– Não é porque eu passei



Heloísa: aumento do mínimo para R\$ 350 proporciona apenas café e pão

pobreza que eu quero que todo mundo passe. Eu não conseguiria viver dessa forma nem quero isso para os meus filhos ou para

os filhos da Humanidade.

Heloísa Helena espera que a Comissão Especial Mista do Salário Mínimo proponha alternativa de recuperação do poder de compra do salário mínimo no curto prazo. Para ela, se houvesse redução do impacto do superávit primário sobre o orçamento da seguridade social seria possível viabilizar um piso de R\$ 570. A senadora também rejeita o argumento do governo de que um reajuste maior para o mínimo quebraria prefeituras e a Previdência Social.



Para Agripino, governo é responsável pelo endividamento dos aposentados

Agripino critica empréstimos a aposentados

José Agripino (PFL-RN) lamentou a situação dos aposentados que tomaram empréstimos consignados e, agora, se vêem obrigados a pagar as prestações, ficando sem dinheiro para despesas básicas como alimentação. O senador criticou o governo por ter criado esta modalidade de empréstimo.

– Os velhinhos são obrigados por pressão de parentes a tomar empréstimo para comprar um supérfluo qualquer. As prestações estão vencendo, o desconto é em folha, não tem como não pagar – relatou Agripino, considerando o empréstimo consignado uma "perversidade do governo".

Arns pede adesão à Campanha da Fraternidade

Flávio Arns (PT-PR) convocou os parlamentares e a sociedade em geral para se engajarem à Campanha da Fraternidade deste ano, a ser iniciada na próxima quarta-feira, e que tem como tema as pessoas portadoras de deficiência física. O lema da campanha é "Levanta-te e vem para o meio" e, conforme o senador, é uma alusão à integração social do deficiente.

Arns lembrou que o Brasil tem cerca de 25 milhões portadores de deficiência física e que a campanha não é uma iniciativa apenas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também das igrejas de maneira geral, com forte caráter ecumênico.



Integração das pessoas com deficiência será tema deste ano, lembra Flávio Arns

Substitutivo da CAE a projeto do governo retira apenas das empresas de grande porte a faculdade para escolher dia do pagamento das contas de serviços públicos

Pequena empresa pode manter opção de data para pagar conta

As empresas de pequeno porte poderão continuar com o direito de escolher a data de pagamento das contas de serviços públicos, segundo estabelece substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto do Executivo, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto original retirava essa faculdade das empresas de grande porte e também das pequenas, mantendo-a apenas para as pessoas físicas e as microempresas, que poderão optar por seis datas para pagar suas contas.

O projeto (PLC 104/05) revo-

ga a Lei 9.791/99, que faculta a escolha das datas a todos os usuários de serviços públicos. A atribuição do benefício às grandes empresas, conforme o senador, implica custos adicionais significativos.

– Como a proposição cria mecanismos para proteger o pequeno usuário em relação aos grandes, sem prejuízo a estes, entendemos que deve ser acolhida, dado o seu evidente caráter social e solidário – afirma Flexa Ribeiro no seu relatório. Já aprovada pela Câmara, a matéria será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo depois para

votação em Plenário.

Biossegurança

A CMA acolheu na mesma reunião requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) que solicita à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado a cobertura da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP8), a ser realizada em Curitiba, entre os dias 13 e 31 de março próximo.

– É importante a cobertura dos eventos pelas mídias oficiais do Senado, que assim contribuirão com a melhor informação dos cidadãos brasileiros.



Luiz Otávio (D, ao lado de Tuma) dirige reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Criação da Super-Receita será debatida em audiência na CAE

A proposta de criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita, será discutida em audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no dia 7 de março, conforme requerimentos aprovados ontem pelo s senadores do colegiado.

O debate deverá contar com a participação do diretor-geral da Secretaria da Receita Federal, Jorge Rachid, e do diretor-presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Valdir Moisés Simão. Também serão convidados representantes dos sindicatos e associações das categorias funcionais da área, como auditores e técnicos, que se encontram divididas em relação ao projeto do Executivo. A Super-Receita foi aprovada pela Câmara em janeiro último, durante a convocação extraordinária.

Reluz

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), confirmou para 21 de março audiência

com a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, para que ela preste esclarecimentos sobre ampliação feita em contrato do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), durante sua gestão. De acordo com informações do Ministério da Fazenda já examinadas pela comissão, há indícios de que a então prefeita, com o ato, tenha descumprido normas vigentes, entre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Será realizada depois do Carnaval audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, quando ele deverá dar informações à comissão sobre operação de crédito realizada entre o estado do Maranhão e a empresa Camargo Corrêa.

Na reunião de ontem, a CAE debateu o projeto de lei (PLS 385/05) de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui a Zona Franca de São Luís. Pedido de vista do senador Jefferson Péres (PDT-AM) adiou o exame da matéria.



Sob a presidência de Leomar Quintanilha, Comissão de Meio Ambiente aprovou audiência pública e pedidos de informações

Comissão acolhe diretrizes do saneamento básico

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA) a projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. A proposta visa aperfeiçoar o modelo institucional do setor.

Para garantir a aprovação do parecer, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comprometeu-se a apresentar requerimento pedindo audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – onde a matéria será votada em decisão terminativa –, a fim de ouvir especialistas na área de saneamento básico. O senador

Sibá Machado (PT-AC) chegou a defender o adiamento da votação do projeto para que a audiência pública ocorresse ainda na fase de discussão na CMA.

A comissão também acolheu dois requerimentos de Flexa Ribeiro para a realização de audiência pública no colegiado. Uma das reuniões, em conjunto com a CI, é para debater questões relacionadas à pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém (PA). A segunda terá como tema o desenvolvimento do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Amazônia.

Foi aprovado, ainda, requerimento solicitando informações

ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo que analisa a construção de trechos rodoviários na BR-235, na divisa do Tocantins com o Maranhão.

– Essa rodovia é da maior importância porque vai propiciar um escoamento da produção do Centro-Oeste, encurtando o caminho para mercados consumidores – afirmou Flexa Ribeiro.

A Comissão de Meio Ambiente também acolheu proposta de Sibá Machado em que pede ao Banco do Nordeste informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos fundos constitucionais de financiamento.

"Nunca se sugou tanto de um povo", afirma Mão Santa

A arrecadação recorde de impostos federais em janeiro – R\$ 33,87 bilhões – foi objeto ontem, no Plenário, de críticas de Mão Santa (PMDB-PI). O senador afirmou que “nunca se sugou tanto de um povo”, salientando que o brasileiro trabalha metade do ano para pagar impostos.

– É o maior montante já obtido no mês de janeiro e representa um aumento de 6,68% em relação ao mesmo período do ano passado – observou.

Para Mão Santa, o mais grave é que os recursos não são aplicados para melhorar a situação da população. Ele citou o filósofo italiano Norberto Bobbio, para quem “o mínimo que o governo



Mão Santa critica a arrecadação recorde de tributos federais no mês de janeiro

deve dar ao povo é segurança”, e ressaltou que o Executivo não tem política de segurança pública e nem implementou o plano de segurança anunciado por seus ministros, “apesar de contar com dinheiro em caixa”.

No mesmo pronunciamento, o senador elogiou o sistema de comunicação do Senado Federal, pela repercussão do discurso que ele fez na última segunda-feira sobre a importância do campo para o Brasil.